Utilização das informações do Bloco K do SPED como oportunidade de redução de custos em empresas moveleiras

Fernando Ben (UCS) - fben@ucs.br

Renato Hansen (UCS) - rhansen@ucs.br

Francisco José Kliemann Neto (UFRGS) - kliemann@producao.ufrgs.br

Resumo:

Este trabalho apresenta uma análise acerca da implantação do Bloco K do SPED em empresas moveleiras. Depois de um referencial teórico acerca do tema, onde foi apresentada a fundamentação legal do Bloco K e as características do setor moveleiro, é apresentado um diagnóstico realizado em empresas moveleiras gaúchas, buscando elementos acerca da percepção dos gestores e das necessidades de tais empresas para o atendimento desta demanda fiscal. Paralelamente, são exploradas oportunidades gerenciais para as empresas, com base na organizacional necessária para o atendimento do Bloco K, e nas oportunidades de melhoria decorrentes. O resultado da pesquisa realizada evidenciou que empresas moveleiras de todos os portes necessitam reestruturar seus processos e rever seus controles internos para o atendimento do Bloco K, além de a mesma evidenciar a possibilidade de redução no custo com matéria-prima em função das rotinas necessárias para tal demanda fiscal.

Palavras-chave: Custo com matéria-prima. Bloco K. Gerenciamento dos estoques.

Área temática: Abordagens contemporâneas de custos

Utilização das informações do Bloco K do SPED como oportunidade de redução de custos em empresas moveleiras

Resumo

Este trabalho apresenta uma análise acerca da implantação do Bloco K do SPED em empresas moveleiras. Depois de um referencial teórico acerca do tema, onde foi apresentada a fundamentação legal do Bloco K e as características do setor moveleiro, é apresentado um diagnóstico realizado em empresas moveleiras gaúchas, buscando elementos acerca da percepção dos gestores e das necessidades de tais empresas para o atendimento desta demanda fiscal. Paralelamente, são exploradas oportunidades gerenciais para as empresas, com base na organizacional necessária para o atendimento do Bloco K, e nas oportunidades de melhoria decorrentes. O resultado da pesquisa realizada evidenciou que empresas moveleiras de todos os portes necessitam reestruturar seus processos e rever seus controles internos para o atendimento do Bloco K, além de a mesma evidenciar a possibilidade de redução no custo com matéria-prima em função das rotinas necessárias para tal demanda fiscal.

Palavras-chave: Custo com matéria-prima. Bloco K. Gerenciamento dos estoques.

Área Temática: 7. Abordagens contemporâneas de custos.

1 Introdução

Nos últimos anos, é inquestionável o aprimoramento dos controles exercidos pelos órgãos fiscalizadores federais, estaduais e municipais nas empresas de todos segmentos. Com a utilização de ferramentas eletrônicas, o fisco controla de maneira cada vez mais efetiva as operações de compra e venda das empresas, em diferentes módulos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED. A última dessas exigências fiscais é a exigência do Bloco K, o qual está inserido no conjunto do SPED Fiscal. Com o Bloco K, o fisco terá controle eletrônico sobre o registro da produção e dos estoques.

O gerenciamento dos estoques é tema cada vez mais recorrente nas empresas industriais, tendo em vista a representatividade de tais bens na composição dos custos industriais. Conforme Souza e Diehl (2009), o termo estoque é utilizado para identificar uma conta do ativo patrimonial das empresas, representativo dos bens de propriedade tangível, cuja composição envolve vários elementos e destinado, o final, à comercialização com terceiros.

O termo acuracidade, derivado do inglês "accuracy", tem como significado a precisão que há entre as informações levantadas nos inventários, com base na quantidade de peças no físico versus as quantidades que constam no sistema (DROHOMERETSKI, 2009). Segundo Nunes et al. (2014), a acuracidade de estoque é considerada um indicador de qualidade e confiabilidade. Quando as informações levantadas no estoque não são as mesmas que constam nos sistemas, pode-se dizer que o item não possui acuracidade ou não está acurado. Ainda de acordo com Nunes et al. (2014), esta falta de acurácia dos estoques afetam todos os setores da empresa, causando problemas para a gerência, aos operadores e para a área de planejamento da produção. Neste mesmo sentido, Basinger (2006) pondera que a baixa acuracidade de dados do estoque acarreta na redução do nível de serviço e aumenta os custos relacionados às operações logísticas. Desta forma, pode-se afirmar que quanto menor for o nível de estoque mantido na operação maior deverá ser o índice de acuracidade de estoque, de maneira a não prejudicar o

nível de serviço e consequentemente impactar de forma negativa nas vendas da organização (BASINGER, 2006; DE HORATIUS e RAMAN, 2008).

Uma das novidades oriundas da área fiscal é a obrigatoriedade de as empresas industriais e atacadistas entregarem o Bloco K do SPED. Conforme Rocha e Almeida (2015), o SPED tem por objetivos promover a integração das administrações tributárias nas três esferas governamentais (federal, estadual e municipal), mediante o compartilhamento das informações contábeis e fiscais; tornar a fiscalização mais efetiva com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica; e identificar crimes contra a ordem tributária, previstos no artigo 1 da Lei 8.137/1990.

Para a obtenção de informações consideradas confidenciais e até mesmo como segredo industrial, Rocha e Almeida (2015) ponderam que a Receita Federal se fundamenta no artigo 37, XXII da Constituição Federal, o qual apresenta que

"as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreira específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais na forma da Lei o convênio."

Com base nessa realidade, o objetivo deste trabalho é identificar a situação apresentada por empresas moveleiras gaúchas referentes ao processo de implantação de rotinas para atender ao Bloco K do SPED. Este artigo trata-se de um estudo exploratório de natureza qualitativa, realizada por meio de pesquisa bibliográfica especializada no assunto. De acordo com Malhotra (2001), a pesquisa exploratória é definida como uma estrutura para realização de um estudo científico, a partir do qual é detalhado o comportamento necessário acerca dos sujeitos, bem como das informações necessárias para o desenvolvimento da pesquisa e a tomada das decisões. Gil (1999) destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão acerca de determinado fato. Para tanto, o processo de coleta de dados é baseado em dados secundários para a realização do referencial teórico e em um questionário com questões abertas e fechadas enviados aos participantes da pesquisa. O processo de análise dos dados é baseado na análise de conteúdo.

2 Caracterização do setor moveleiro

Conforme a Movergs (2016), o faturamento do setor moveleiro brasileiro no ano de 2015 foi de R\$ 35,74 bilhões, seno destes 8,94% destinados à exportação. Inserido neste contexto, o faturamento das empresas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul foi de R\$ 6,73 bilhões. O Estado possui 2.750 empresas, o que equivale a 13,3% das empresas do Brasil. Elas respondem por 18,4% do total de móveis fabricados no País, e por 31,1% das exportações. Em 2015, as indústrias de móveis gaúchas produziram, aproximadamente, 85,3 milhões de peças, faturaram R\$ 6,73 bilhões e exportaram mais de U\$ 183 milhões. Estudo realizado pela FEE (2014) apresenta que o Arranjo Produtivo Local (APL Moveleiro) contempla aproximadamente 2.000 empresas, estas localizadas em 33 municípios. Conforme o CGI Moveleiro (2016), o APL é um conjunto de empresas e instituições inseridas em um mesmo território, mas mantém vínculos de interação, cooperação, comércio, tecnologia e aprendizagem entre si e com outras organizações locais. Com relação ao porte das empresas, com base no critério do número de funcionários, o estudo da FEE (2014) apontou que a maior

parte das empresas são de micro e pequeno porte, realizando vendas em nível regional, nacional e internacional. Finalmente, o estudo apontou que os principais insumos utilizados pelas empresas do setor são madeira, chapas, chapas de madeira reconstituída, chapas de painéis (MDP/MDF), painéis, laminados, metais (acessórios), ferragens e componentes, puxadores, dobradiças, acabamentos, aramados, produtos químicos, tintas e vernizes, tubos, polímeros e embalagens.

Segundo o Sindmóveis (2016), para divulgar os produtos elaborados e as tecnologias disponíveis, são organizadas feiras e exposições. Dentre estas, destacam-se a Movelsul Brasil e a Casa Brasil. Outro ponto destacado pela FEE (2014) foi a evidenciação por parte das empresas dos gargalos apresentados no setor. Ao analisar os gargalos da "Dimensão Empresa", foi ressaltada a burocracia tributária e fiscal, onde foram enfatizados o excesso de tributos, a burocracia e a tributação.

Ao explorar a estrutura tributária e fiscal vigente no Brasil, observa-se que o sistema tributário brasileiro está definido no Código Tributário Nacional – CTN. No mesmo, está prevista a cobrança por parte do fisco federal, estadual e municipal de diversos tributos, os quais incidem sobre o faturamento, sobre o lucro, sobre o consumo e sobre a folha de pagamento das empresas brasileiras. A Figura 1 apresenta a estrutura tributária vigente no Brasil, com as incidências dos tributos nas empresas industriais e a mudança na lógica de registro e controle de tais informações.

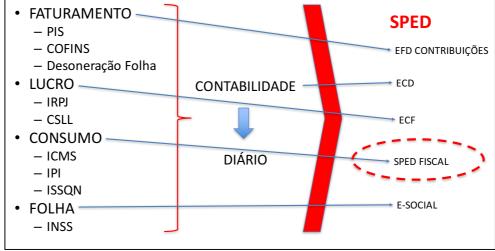


Figura 1 – Matriz tributária da Pessoa Jurídica – Geral

Fonte: Elaboração própria do autor

Conforme pode ser analisado na Figura 1, os tributos apurados pelas empresas brasileiras tradicionalmente eram apurados com base nas informações contidas nos registros contábeis, representados por lançamentos contábeis registrados no Livro Diário. Com base em tais registros, as empresas realizavam apurações dos tributos devidos nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal), onde eram efetuadas as guias de pagamento e, posteriormente, recolhidos os impostos devidos. Entretanto, conforme a RFB (2016), já há algum tempo, o fisco está utilizando um sistema denominado SPED – Sistema Público de Escrituração Digital. Este sistema está subdividido em 5 subsistemas, cada um destes analisando de maneira eletrônica os tributos correspondentes. Por exemplo, no módulo do SPED Fiscal são informadas as movimentações referentes aos tributos incidentes sobre o consumo, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

3 Bloco K do SPED

Inserido no grupo do SPED Fiscal, conforme a RFB (2016), baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, a partir do ano de 2017 o fisco passa a exigir das empresas industriais (CNAE 10 A 32) e dos atacadistas (CNAE 462 A 469) informações denominadas de Bloco K. A apresentação dessas informações será realizada de forma gradual, conforme cronograma a seguir apresentado:

- A partir de 01/01/2017, para os estabelecimentos industriais com faturamento igual ou superior a R\$ 300.000.000,00; para os fabricantes de bebidas, para os fabricantes de produtos do fumo e para os estabelecimentos industriais habilitados ao Regime Aduaneiro Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado (RECOF);
- A partir de 01/01/2018, para os estabelecimentos industriais com faturamento igual ou superior a R\$ 78.000.000,0;
- A partir de 01/01/2019, para os demais estabelecimentos industriais, para os atacadistas e para os estabelecimentos equiparados à indústria.

A RFB (2016) esclarece que, para fins do Bloco K, faturamento é a receita bruta de venda de mercadoria de todos os estabelecimentos no território nacional, excluídas as vendas canceladas, as devoluções de vendas e os descontos incondicionais concedidos. Além disso, o exercício de referência do faturamento deverá ser o segundo exercício anterior ao início da vigência da obrigação.

O projeto do Bloco K constitui-se por vários registros, os quais devem ser apresentados pelas empresas ao fisco. Dessa forma, a estrutura dos registros e as informações demandadas são apresentadas na sequencia.

3.1 Registro 0200 - Tabela de identificação do item

Conforme a RFB (2016), neste registro deve ser apresentado pela empresa o código do item, a descrição do item, a representação alfanumérica do código de barra do produto, se houver; a unidade de medida utilizada na quantificação de estoques; e o tipo do Item, dividido em:

- 00 = Mercadoria para revenda
- 01 = Matéria-prima
- 02 = Embalagem
- 03 = Produto em processo
- 04 = Produto acabado
- 05 = Subproduto
- 06 = Produto intermediário
- 07 = Material de uso e consumo (limpeza, escritório)
- 08 = Ativo imobilizado
- 09 = Serviços
- 10 = Outros insumos
- 99 = Outras.

Além disso, deve ser apresentado, para cada item informado, o código da Nomenclatura Comum de Mercadorias (NCM) e a alíquota de ICMS aplicável ao item nas operações internas.

3.2 Registro K200 – Estoque escriturado

Neste registro, conforme a RFB (2016), devem ser informadas a data do estoque final de mercadoria para revenda, matéria prima, embalagens, produtos em processo, produto acabado, subprodutos, produtos intermediários e outros insumos; o código do item; a quantidade em estoque, e o indicador do tipo de estoque, dividido em:

- 0 = Estoque de propriedade do informante e em seu poder
- 1 = Estoque de propriedade do informante e em posse de terceiros
- 2 = Estoque de propriedade de terceiros e em posse do informante

3.3 Registro 0210 – Consumo específico padronizado

Segundo Rocha e Almeida (2015), neste modulo deverão ser informados o código do item componente / insumo utilizado na produção, a quantidade do insumo utilizado para produzir uma unidade do item resultante (produto final), e a perda/quebra normal percentual de cada insumo utilizado para se produzir uma unidade do produto resultante. Este registro somente deve existir quando o conteúdo do Registro 0200 for 03 (produto em processo) ou 04 (produto acabado).

A REF (2016) destaca que este registro deverá ser preenchido tendo como base a quantidade bruta de insumo a ser consumida por unidade do item composto, considerando-se apenas a perda normal do processo industrial. A perda ou quebra normal percentual refere-se à parte do insumo que não se transformou em produto resultante. Este campo depende da eficiência dos processos de cada contribuinte. Não se incluem neste campo fatos como inundações, perecimento por expiração de validade, deterioração e quaisquer situações que impliquem a diminuição da quantidade em estoque sem relação com o processo produtivo do contribuinte.

3.4 Registro K220 – Outras movimentações internas entre mercadorias

Este registro tem o objetivo de informar a movimentação interna de mercadorias, que não se enquadre nas movimentações internas já informadas nos registros K230 (Produção Acabada) e K235 (Consumo no Processo Produtivo). Segundo a RFB (2016), este registro é utilizado para reclassificação de um item em um código em função de um cliente a que se destina. Por exemplo, um parafuso pode estar classificado no item 01 = matéria-prima, e necessitar de reclassificação para o item 00 = mercadorias para revenda, em função de o mesmo ser vendido para um cliente.

3.5 Registro K230 – Itens produzidos

Para Rocha e Almeida (2015), este registro tem o objetivo de informar a produção de produto em processo (Tipo 03) e de produto acabado (Tipo 04). Deverá existir mesmo que a quantidade de produção acabada seja igual a zero, nas situações em que exista o consumo do item componente/insumo no registro filho K235 (insumos consumidos). Nessa situação, a produção ficou em elaboração. Essa produção em elaboração não é quantificada, uma vez que a matéria não é mais um insumo e nem é ainda um produto resultante.

Para tanto, as informações solicitadas são a data de início da ordem de produção, a data de conclusão da ordem de produção, o código de identificação da ordem de produção, o código do item produzido e a quantidade de produção acabada. Observa-se que, em função das

informações demandadas nesse registro, é imprescindível que a empresa utilize ordens de produção em seu processo produtivo.

3.6 Registro K235 – Insumos consumidos

Conforme a RFB (2016), este registro tem o objetivo de informar o consumo de materiais no processo produtivo, vinculado ao produto resultante informado no Registro K230. Para tanto, as informações solicitadas são a data de saída do estoque para alocação ao produto, o código do item componente/insumo, a quantidade consumida do item, e o código do insumo que foi substituído, caso ocorra a substituição.

Caso sejam identificadas diferenças de estoque, deve a empresa elaborar uma Nota Fiscal de baixa de estoque (CFOP 5927 = Baixa de estoque por furto, perda ou perecimento), com o estorno correspondentes dos créditos tributários realizados na matéria-prima que não foi transformada em um produto final.

3.7 Registro K250 – Industrialização efetuada por terceiros – Itens produzidos

Este registro tem o objetivo de informar os produtos que foram industrializados por terceiros e sua quantidade. Quem informa é o encomendante da industrialização. Para tanto, é necessário informar a data do reconhecimento da produção ocorrida no terceiro, o código do item produzido, e a quantidade produzida.

3.8 Registro K255 – Industrialização efetuada em terceiros – Itens consumidos

Rocha e Almeida (2015) ponderam que este registro tem o objetivo de informar a quantidade de consumo do insumo que foi remetido para ser industrializado em terceiro, vinculado ao produto resultante informado no registro K250. Nesse sentido, devem ser informadas a data do reconhecimento do consumo do insumo referente ao produto informado no registro K250, o código do insumo, a quantidade de consumo do insumo; e o código do insumo que foi substituído, caso ocorra a substituição.

Observe-se que, de posse das informações fabris das empresas industriais, é possibilitado ao fisco realizar cruzamento de informações das informações demandadas com aquelas que o fisco já possui (dados das notas fiscais eletrônicas (NF-e), por exemplo), visando a veracidade das informações apresentadas pelas empresas. A Figura 2 apresenta a relação do fluxo produtivo das empresas industriais e a relação de cada fase com o Bloco K.

Como fica evidenciado na análise dos dados apresentados, observa-se que o Bloco K aborda diretamente o custo com matéria-prima existente em empresas industriais. Nesse sentido, a adequação das empresas ao nível real de estoques existentes contribui para a adequação dos recursos financeiros empregados nos mesmos. A definição das perdas normais de matéria prima é outro desafio desse processo, tendo em vista muitas das empresas não apresentarem padrões confiáveis de definição das perdas.

Outro fator que fica claro é a possibilidade, por parte do fisco, de realizar cruzamento de informações de compras, produção e vendas, comparando com os itens produzidos e o consumo de materiais baseado nas fichas técnicas. Assim, é possível determinar o volume de estoques resultante, e comparar os mesmos com os estoques apresentados pelas empresas.

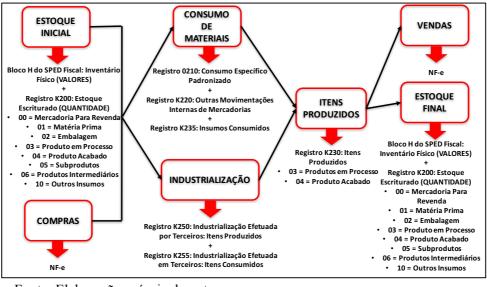


Figura 2 – Processo produtivo e o Bloco K

Destaca-se que a amplitude de informações demandadas demanda esforços distintos por parte das empresas, em função da organização já existente e do grau de confiabilidade nas informações fabris apresentadas. Para as empresas que já possuem uma organização fabril definida, é necessário aferir se os julgamentos demandados pelo Bloco K (perdas normais de matéria prima, por exemplo) estão adequados à realidade fabril apresentada e aos registros das mesmas no sistema de gestão.

Em função dessa nova realidade, é imprescindível que as empresas organizem sua estrutura interna para o atendimento desta demanda fiscal, em função das sanções fiscais para as empresas que não apresentarem tais informações ou apresentarem de forma errônea. Para tanto, o diagnóstico da situação atual é relevante para o planejamento de ações de melhoria e para o entendimento de oportunidades de redução de custos associados.

4 Diagnóstico do Bloco K em empresas moveleiras

Para entender a situação apresentada pelas empresas moveleiras gaúchas, foi realizada uma pesquisa envolvendo empresas do setor moveleiro sediadas na região do Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra – Coredes Serra, e integrantes do quadro Centro Gestor de Inovação Moveleiro – CGI Moveleiro. Foram enviados 215 formulários com questões estruturadas utilizando a plataforma eletrônica da ferramenta Google Forms, sendo que destes 149 retornaram (o que representou 69,3% dos questionários enviados), os quais perfazem o universo de pesquisa.

A primeira questão da pesquisa realizada solicitou a identificação da cidade de localização das empresas participantes do estudo. Assim a Figura 3 apresenta o gráfico com as respostas obtidas.

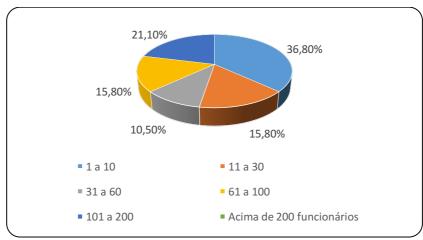


Figura 3 – Número de funcionários das empresas

Conforme pode ser observado, a maior parte das empresas (63,1%) apresenta até 60 funcionários, o que está alinhado à característica do setor moveleiro brasileiro de ser composto por muitas micro e pequenas empresas.

A segunda questão buscou identificar as faixas de faturamento apresentado no exercício de 2015 das empresas pesquisadas, com base nas faixas apresentadas pelo Bloco K. Com base nas respostas, a Figura 4 apresenta os resultados obtidos.

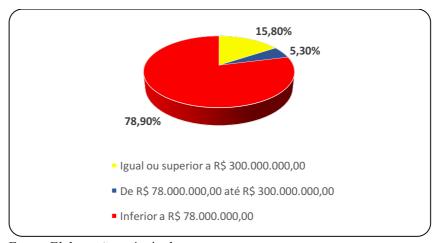


Figura 4 – Faturamento anual das empresas

Fonte: Elaboração própria do autor

Com base nas respostas apresentadas, observa-se que a maior parte das empresas (78,9%) no exercício de 2015, apresentaram faturamento até R\$ 78.000.000,00, o que indica que tais empresas necessitam prestar informações referentes ao Bloco K a partir de 2019. No mesmo sentido, 15,8% das empresas pesquisadas estão obrigadas a entregar o Bloco K a partir de 2017, tendo em vista terem apresentado faturamento superior a R\$ 300.000.000,00.

Com referência à forma de tributação das empresas em nível federal, a Figura 5 apresenta o resultado das respostas obtidas.

31,60%
5,20%
63,20%

* Lucro Real * Lucro Presumido * Simples Nacional

Figura 5 – Tributação em nível federal

Observa-se que a maior parte das empresas pesquisadas é optante do lucro real (63,2%), opção essa que demanda uma estruturação mais adequada da empresa, bem como demanda uma acuracidade de informações maior do que as demais formas de tributação.

A pesquisas realizada buscou identificar a modalidade que a empresa se utiliza da contabilidade para o registro e gerenciamento. A Figura 6 apresenta o resultado das respostas obtidas.



Figura 6 – Atuação da contabilidade na empresa

Fonte: Elaboração própria do autor

Observa-se que a maior parte das empresas indicou realizar a contabilidade em escritório contábil externo à empresa, enquanto apenas 36,8% das empresas apresenta um profissional contábil que atua nas dependências da empresa. Destaca-se que o setor da contabilidade já está acostumado a enviar informações ao SPED, em função das diversas modalidades de declarações demandadas. Contudo, com a introdução do Bloco K, o setor de engenharia das empresas também deverá se envolver nesse processo, uma vez que este deve fornecer as informações referentes ao setor produtivo para integrar o grupo de informações a ser enviados ao fisco.

Outra informação demandada das empresas pesquisadas foi a acuracidade dos estoques. A Figura 7 apresenta o resultado obtido.

10,50% 5,30%
31,60% 36,80%

15,80%

100% 90 a 99%

80 a 89% 70 a 79%

Menor do que 70%

Figura 7 – Acuracidade dos estoques

Pelas respostas obtidas, fica claro o trabalho que as empresas moveleiras terão no sentido de ajustar suas bases de dados e rotinas referente aos controles dos estoques, uma vez que 57,9% das empresas responderam que apresentam acuracidade inferior a 90%. Tal fato indica a necessidade de implementação de técnicas de controle diferente das utilizadas atualmente, bem como treinamento da equipe envolvida no gerenciamento dos materiais. Nesse sentido, devem ser controlados de maneira efetiva os estoques de matéria-prima, embalagens, produto em processo, produto acabado, subproduto, produto intermediário, material de uso e consumo e outros insumos. Observa-se que o estabelecimento de rotinas para maximizar a acuracidade dos estoques, além de trazer importantes contribuições financeiras e operacionais para a empresa, atenderá ao demandado no Registro K200 – Estoque Escriturado.

O percentual de perda com matéria-prima foi outro ponto investigado na pesquisa realizada. Os dados obtidos estão apresentados na Figura 8.

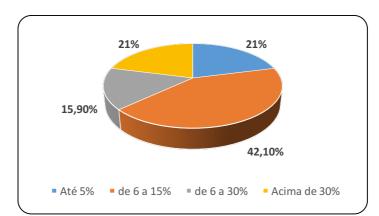


Figura 8 – Perda normal de matéria-prima

Fonte: Elaboração própria do autor

Observa-se que existe uma diversidade bastante grande na amplitude das respostas desta questão. Enquanto algumas empresas indicaram 3% de perda de matéria-prima, outras responderam que apresentam 70% de perda. Tal fato pode ser causado pelo tipo de matéria-prima utilizada, uma vez que empresas que trabalham com chapas de MDF apresentam níveis de perda menores do que empresas que operam com madeira maciça. Muitas delas, entretanto,

relataram a dificuldade de mensuração de tais perdas. Entretanto, fica clara a necessidade de implementação de ferramentas e técnicas que permitam o melhor entendimento dessas perdas, tendo em vista a elevada representatividade que a matéria-prima apresenta nas empresas industriais, devendo a empresa desenvolver esforços visando reduzir tais perdas e otimizar, assim, o custo com material das empresas.

Outra questão buscou evidenciar se a empresa utiliza ordens de produção, as quais são necessárias para o Bloco K. As respostas obtidas estão representadas na Figura 9. As respostas obtidas nessa questão indicam que 26,3% das empresas ainda não utilizam ordens de produção para o gerenciamento fabril. Contudo, observa-se que a utilização é necessária para o atendimento do Bloco K, além de contribuir para o controle mais detalhado das operações desenvolvidas no ambiente fabril. No Bloco K, devem ser informados o número da ordem de produção, e os elementos nela representados que evidenciam quais os produtos elaborados, quais os materiais consumidos e o tempo necessário para tais atividades. Dessa forma, tais empresas devem buscar a adequação desse ponto. Para tanto, é imprescindível que a engenharia de processo seja inserida no processo do Bloco K, passando a utilizar as ordens de produção no processo produtivo.

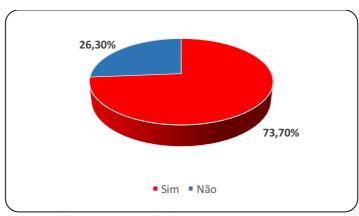


Figura 9 – Utilização de ordens de produção

Fonte: Elaboração própria do autor

Tal utilização trará não somente o atendimento à exigência fiscal, mas também possibilitará controlar de maneira mais adequada o processo produtivo, controlando através das ordens de produção o estágio de produção de cada lote de peças processadas, os tempos produtivos observados, o consumo de materiais em cada fase do processo produtivo e o estágio de produção das referidas peças.

Ressalta-se que as atividades aqui apresentadas se constituem atribuições essenciais da Engenharia de Processo, sendo de grande valia para a atuação eficiente do setor de Planejamento e Controle da Produção (PCP). Assim, observa-se que a utilização das ordens de produção certamente será uma relevante ferramenta de controle, capaz de auxiliar no gerenciamento do processo produtivo de forma bastante efetiva.

No mesmo sentido, foi buscada a informação sobre a existência de fichas técnicas dos produtos elaborados. A Figura 10 apresenta o resultado das respostas obtidas. Em que pese a relevância da utilização das fichas técnicas dos produtos, aliado à necessidade de utilização pelo Bloco K, observa-se que 31,6% das empresas moveleiras pesquisadas não possuem fichas técnicas. Ao ponderar que a estruturação das fichas técnicas para todos os produtos constituise de atividade complexa, em virtude da grande variedade de informações demandadas, recomenda-se que as empresas iniciem tal atividade imediatamente, sob pena de não conseguirem atender à demanda do Bloco K.

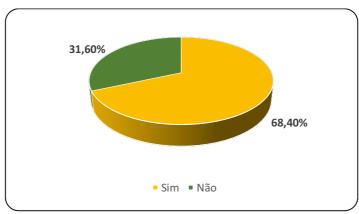


Figura 10 – Utilização de fichas técnicas dos produtos

Para a utilização efetiva das fichas técnicas, é imprescindível que a empresa se utilize da engenharia de produtos para a elaboração de tais fichas, indicando o material necessário para a elaboração de uma unidade de produto, a indicação das perdas normais de materiais observada, e o tempo demandado para a elaboração dos itens componentes do produto em cada fase do processo produtivo. A estruturação das fichas técnicas de produtos, além de atender ao demandado no Registro 0210 – Consumo Específico Padronizado, no Registro K235 – Insumos Consumidos, e no Registro K220 – Outras Movimentações Internas de Mercadorias, proporcionará poderosas informações gerenciais à empresa, uma vez que possibilitará controlar de maneira mais efetiva o consumo dos materiais utilizados no processo produtivo para a elaboração dos produtos.

Outra questão formulada na pesquisa buscou saber, na modalidade de respostas múltiplas, sobre a forma de trabalho das empresas acerca das atividades do Bloco K. Assim, a Figura 11 apresenta as respostas obtidas.

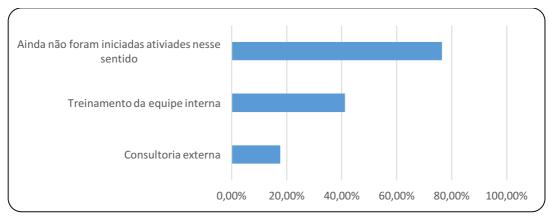


Figura 11 – Atividades desenvolvidas pelas empresas referentes ao Bloco K

Fonte: Elaboração própria do autor

Com base nos dados apresentados, a maior parte das empresas está treinando equipes internas para as atividades do Bloco K. Contudo, observa-se que quase 80% das empresas ainda não iniciaram atividades de implantação do Bloco K.

Finalmente, a pesquisa realizada buscou elementos sobre a percepção das empresas dos ajustes necessários na estrutura operacional da empresa. A Figura 12 apresenta os resultados apresentados.



Figura 12 – Ajustes necessários para adequação

Fonte: Elaboração própria do autor

Conforme análise das respostas, observa-se que a maior parte das empresas indicou ajustes necessários no sistema de informática para o atendimento do Bloco K. No âmbito interno da empresa, foi indicado com maior frequência a necessidade de definição de parâmetros de eficiência, como a necessidade de indicação das perdas normais de matéria-prima. Certamente este ponto representa um grande desafio para as empresas, tendo em vista a grande disparidade de informações sobre esse ponto apresentada na Figura 7. Ressalta-se que tal ponto é necessário para o atendimento das informações demandadas no Registro 0210 — Consumo específico padronizado.

Além disso, apesar de a maior parte das empresas ter respondido na Figura 9 de forma positiva acerca da existência de fichas técnicas dos produtos, grande parte destas empresas indicaram dificuldades no detalhamento da estrutura de produtos, o que pode ser decorrente da grade diversidade de produtos elaborados, aliado à complexidade no detalhamento e na atualização de tais fichas para todos os produtos.

5 Considerações finais

Ao analisar os elementos apresentados neste artigo, observa-se que, inicialmente, o Bloco K é apresentado como uma demanda fiscal, onde as empresas devem se adequar para atender adequadamente a esta exigência. Reitera-se que o não-envio do Bloco K, ou o envio com informações inconsistentes, incorrerá em sanções para a empresa, como na multa financeira imposta pelo fisco.

O conjunto de informações do Bloco K representa uma grande oportunidade para as empresas aprimorarem sistema gerencial referente ao ambiente produtivo, tendo em vista as informações que necessitam ser organizadas. Contudo, cabe à empresa se posicionar sobre o tema, onde a mesma poderá somente atender à demanda fiscal ou utilizar a lógica de otimização dos controles e dos processos para melhorar seus controles fabris e, consequentemente, encontrar oportunidades de redução dos custos. Certamente o melhor controle de materiais demandado pelo Bloco K, aliado à necessidade de implantação ou aprimoramento de técnicas fabris no ambiente produtivo (ordens de produção, fichas técnicas de produtos ou a definição de perdas normais no processo produtivo) certamente trará informações gerenciais substanciais

para a empresa. Nesse sentido, o Quadro 1 apresenta os registros demandados pelo Bloco K, bem como os potenciais de redução de custo contido em cada um deles.

Registro	Possibilidades de Redução de Custos
K200 – Estoque Escriturado	Menor volume de estoques em processo;
	Maior controle dos estoques;
	Menor custo com material.
0210 – Consumo Específico Padronizado	• Aprimoramento dos insumos consumidos (nos produtos em processo e produtos acabados), com base nas fichas técnicas (BOM);
	Identificação das perdas normais de matéria-prima;
	Possibilidade de redução no custo com material.
K220 – Outras	Melhoria no controle dos materiais utilizados na elaboração dos produtos;
Movimentações Internas	• Controle das alterações de materiais utilizados não previstos na ficha técnica;
Entre Mercadorias	Maior acuracidade no custo com matéria-prima.
K230 – Itens Produzidos	Controle adequado da produção (produto em processo e acabado);
	 Integração das informações com o Planejamento e Controle da Produção;
	 Melhor mapeamento do processo através das Ordens de Produção.

K235 – Insumos

Consumidos

K 250 e K255 -

Industrialização

Aprimoramento no controle das movimentações de materiais que saem do

almoxarifado em são utilizados no processo produtivo;

Oportunidade de redução no custo com matéria-prima.

Possibilidades de redução no consumo de matéria-prima. Melhoria no controle do processo de industrialização

Controle mais efetivo dos materiais enviados para terceirização;

Quadro 1 – Oportunidades de redução de custos com o Bloco K

Certamente a implantação do Bloco K dependerá do nível de organização já existente na empresa. Empresas que tenham que iniciar a implantação de ordens de produção ou de fichas técnicas de produtos necessitarão despender esforços (de tempo e monetários) para adequar tais ferramentas à realidade da empresa.

Com a estruturação de rotinas de controle fabril, principalmente no controle das fichas técnicas dos produtos (também chamada de *Bill of Material – BOM*), das ordens de produção emitidas e dos estoques da empresa, certamente muitos desafios serão apresentados. Um desses desafios é, por exemplo, a diferença entre o estoque escriturado e o estoque físico. Como já abordado anteriormente, tais diferenças impactam em ajustes físcais, os quais devem ser elaborados conforme legislação pertinente. Nesse sentido, é provável que sejam estabelecidas diferenças de tratamento para "correção de informações" e "ausência de informações". Em nível do Bloco K, tais temas ainda estão em discussão, mas certamente apresentarão um regramento que deverá ser compreendido pelos profissionais envolvidos no processo e atendido pelas empresas.

Destaque especial deve ser dado para o tempo de implantação das rotinas apresentadas no ambiente fabril. Em função da complexidade que envolve tais atividades, a implantação das mesmas não se constitui de fácil execução, uma vez que demanda muitos controles e capacitação das pessoas envolvidas. Dessa forma, é imprescindível que as empresas iniciem as atividades preparatórias para tanto de maneira imediata, não esperando somente a proximidade do prazo exigido pela legislação para a entrega do Bloco K, sob pena de não ser possível estabelecer rotinas eficientes de controle da produção. Para esta implantação, é necessário o envolvimento de profissionais de diversas áreas do conhecimento. É responsabilidade do profissional contábil a organização e o envio das informações no formato demandado pelo fisco. Contudo, tal profissional não possui conhecimentos técnicos para muitas das atividades demandadas pelo Bloco K (como a definição das perdas normais, por exemplo). Para tanto, é imprescindível que os profissionais da área produtiva se engajem nesse processo, pois apesar

de se apresentar como um grande desafio, certamente trará muitos benefícios para a empresa e um grande crescimento pessoal e profissional para os profissionais envolvidos no processo.

Referências

BASINGER, Karen Lynn. **Impact of Inaccurate Data on Supply Chain Inventory Performance.** 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia Industrial e Sistemas) - Graduate School, The Ohio State University, Ohio, 2006.

CGI Moveleiro – **Centro Gestor de Inovação Moveleiro**. Disponível em http://www.cgimoveis.com.br. Acessado em 25/07/2016.

DE HORATIUS, Nicole; RAMAN, Ananth. **Inventory record inaccuracy: An Empirical Analysis**. Management Science, v. 54, n. 4, p. 627–641, 2008.

DROHOMERETSKI, E. Um estudo do impacto das formas de controle de inventário na acuracidade de estoques. 2009. Dissertação (Mestrado em Engenharia de produção e sistemas) - Pontificia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2009.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **Descrição e Análise dos Resultados das Oficinas de Trabalho na Aglomeração Moveleira da Serra Gaúcha.** Porto Alegre, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MALHOTRA, Naresh. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOVERGS – Associação das Indústrias de Móveis do Estado do Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.movergs.com.br. Acessado em 25/07/2016.

NUNES, Rosângela Venâncio; SANTOS, Silvia Helena Xavier dos; ASSIS, Charles Washington Costa de; FONSECA, Rita de Cássia; CIRIACO, Francisca Shirley Pereira. A relevância do estudo da acuracidade de estoques em um comércio atacadista. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 10, 2014, Rio de Janeiro e Niterói. Rio de Janeiro e Niterói, 2014, p. 1-22.

ROCHA, Celso Alves; ALMEIDA, Cristina Beatriz de Souza. **Bloco H e Bloco K: Aspectos teóricos e práticos.** São Paulo: IOB Folhamatic EBS – SAGE, 2015.

RFB – **Receita Federal do Brasil.** Disponível em http://www.receita.fazenda.gov.br. Acessado em 24/07/2016.

SINDMOVEIS – **Sindicato das Indústrias do Mobiliário de Bento Gonçalves.** Disponível em http://www.sindmoveis.com.br. Acessado em 22/07/2016.

SOUZA, Marcos Antônio de; DIEHL, Carlos Alberto. **Gestão de Custos: Uma abordagem integrada entre contabilidade, engenharia e administração.** São Paulo: Atlas, 2009.